

LEI COMPLEMENTAR Nº 16/2006.

Dispõe sobre Concessão de Uso a Empresa MERCEARIA KI-BOCA, CNPJ nº. 01.328.512/0001-44, de propriedade de Fabiano Teodoro Neves, de imóvel municipal que especifica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho - MG, por seus vereadores, aprova e Eu, ANA ROSA MENDONÇA LASMAR MOREIRA, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do § 1º do art. 15 da Lei Orgânica Municipal, pelo prazo de 10 (dez) anos, a outorgar concessão de uso de imóvel municipal, a título gratuito, a Empresa MERCEARIA KI-BOCA, CNPJ nº. 01.328.512/0001-44, situada na Rua Nossa Senhora Aparecida nº 532, Ribeirão Vermelho, de propriedade de Fabiano Teodoro Neves.

Art. 2º O imóvel constante do art. 1º está situado na Praça 13 de Maio, RIBEIRÃO VERMELHO - MG, contido no perímetro indicado no croqui anexo, do arquivo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Memorial Descritivo, que fica fazendo parte integrante desta lei, com o fim específico de ampliação da Empresa.

Parágrafo Único – O imóvel é constituído de uma área de 226,22 m², onde confronta pela frente em 9,60 mts com a Praça 13 de Maio; lado direito em 4,10 mts com a Prefeitura Municipal; lado esquerdo em 4,20 mts, com Rua Nossa Senhora Aparecida e fundos em 11,22 mts com a Mercearia Ki-Boca.

Art. 3º Após a assinatura do contrato de concessão, fica o concessionário obrigado a:

- I – servir-se do imóvel concedido para uso compatível com a finalidade prevista no artigo 2º;
- II – ampliar as instalações da Empresa, no prazo de 2 anos, a partir do ato de concessão;
- III – apresentar para a aprovação do órgão técnico da Prefeitura, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da data da lavratura do competente instrumento de concessão, o projeto e memoriais das obras de ampliação a serem executadas;
- IV – não ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros;
- V - responder pelos tributos incidentes sobre o imóvel e tarifas de consumo de serviços públicos, na forma da lei.

Art. 4º A Administração Municipal terá direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei e no instrumento de concessão.

Art. 5º A Administração Municipal não será responsável, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução das obras, serviços e trabalhos a cargo da concessionária.

Art. 6º A alteração do destino da área, a inobservância das condições constantes desta lei, ou das cláusulas do instrumento de concessão, bem como o descumprimento de qualquer prazo fixado, implicarão na automática rescisão da concessão, revertendo a área ao Município, incorporando ao seu patrimônio as edificações e benfeitorias nela executadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.

§ 1º - A concessão poderá ser prorrogada, por iguais períodos, de acordo com o interesse das partes.

§ 2º - Não havendo o interesse de prorrogação, por parte do concessionário, o imóvel será restituído ao Município sem nenhuma indenização.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 29 de junho de 2006.

Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira
Prefeita Municipal

Alerson Claret de Jesus
Secretário Municipal de Administração e Fazenda